

Adriano Moreira

# O TEMPO E AS UNIDADES DE VIDA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

**FICHA TÉCNICA**

**TÍTULO**

O TEMPO E AS UNIDADES DE VIDA

**AUTOR**

ADRIANO MOREIRA

**EDITOR**

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

**EDIÇÃO**

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA  
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

**ISBN**

978-972-623-243-8

**ORGANIZAÇÃO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor



## O TEMPO E AS UNIDADES DE VIDA

Adriano Moreira

Foi do Padre António Vieira o conceito de que Deus “fez o homem para a eternidade e não para o tempo”. Mas esta conclusão da fé, que orienta no sentido de aceitar que o Deus cristão “não é uma divindade da natureza mas sim o Deus da história, assumindo-se o cristianismo como religião em que Deus se revela no tempo” (P. Calafate), fez da vida de cada ser uma experiência limitada, um tempo breve que procura articular com um tempo longo das gerações que alongam a recusa dos tempos breves, dos quais disse Santo Agostinho: “se dissera estou aqui, entre a primeira sílaba e a segunda já o estou não seria estou, nem o aqui seria o mesmo lugar, porque como tudo está passando, tudo se teria mudado”.

É por tudo isto que o tema da morte chama à contínua precariedade do tempo breve, porque apenas Deus é o que é – *Ego sum qui sum*, eternamente idêntico a si próprio.<sup>1</sup>

Mas é a questão do *tempo breve*, que a graça da fé modela diferentemente da falta dela, que inspira uma atitude de luta pela perenidade da memória desse tempo breve, no tempo que surge longo na imaginada soma da atenção das gerações futuras às marcas dos passos dados pelas antecessoras.

Um dos nossos mais notados cronistas, João de Barros, definindo a sua própria missão de cronista, deixou este comentário: “...têm (os homens) tanto amor à conservação do seu próprio ser que quanto lhes é possível trabalham em seu modo para se fazerem perpétuos”; e depois de salientar que as coisas da natureza se renovam, acrescenta que “as outras coisas que não são obra da natureza, mas feitos e actos humanos, estes, porque não tinham virtude animada de gerar outros semelhantes a si, e por a brevidade da vida do homem, acabam em seus autores. Os mesmos homens, por conservar o seu nome em memória deles, buscaram um divino artifício que representasse no futuro o que eles obravam em presente” (Década I).

A luta para ultrapassar o *tempo breve*, do qual há consciência com a certeza da morte, recorre a construções nas quais se destacam as instituições, no sentido rigoroso que lhe deram os juristas: ideias de obra ou de empresa que se perpetuam e duram apoiadas nas organizações em que os titulares participantes assumem a herança por tradição, que as fazem durar na articulação dos tempos breves. É o que se passa com as religiões institucionalizadas, com as universidades, com as academias, e também com as

---

<sup>1</sup> Pedro Calafate, *Expressões de temporalidade em António Vieira*, in *Vieira Escritor* (Org. de Margarida Vieira Mendes, et all.) Edições Cosmos, Lisboa, 1997.

Nações que se organizam politicamente para enfrentarem os futuros apoiadas na memória do passado.

Forma-se um tecido cultural, de valores, de modelos de comportamento, de memória de exemplos, e da *tradição* que se traduz na passagem, de mão em mão, aos que nos sucedem, do património imaterial construído, o qual eles conservam e dinamizam. De facto, trata-se de compreender e assumir que a vocação da eternidade na terra está inscrita na cultura, obra dos homens, mas não na vida breve de cada um.

E todavia a narração da história dessas realizações humanas também mostra que estas se organizam por diferenciadas civilizações, as quais igualmente nascem, desenvolvem-se, atingem eventualmente um pico de exuberância, e depois definham, e finalmente morrem.

O ilustre Toynbee foi um dos autores que nos advertiu desse trajecto que reproduz com maior duração a brevidade da vida dos fundadores e dos que aceitaram articular a soma das vidas breves até ao limite de um futuro de percurso sempre imprevisível.

Voltando ao Padre António Vieira, foi com a famosa História do Futuro, na qual, convicto de que Deus “fez o homem para a eternidade e não para o tempo”, se ocupa todavia com minúcia da “distinção dos tempos”, entendendo que, no que respeita às leis da história, “o tempo é a operação de coordenação reversível dos acontecimentos” (Calafate), afirmando, ao tratar das profecias, que o *tempo* altera a leitura em termos que os antigos não alcançaram, exercendo uma sabedoria que o tempo molda de tal modo que é natural a mudança de pareceres, assim como a prudência é no tempo que encontra a sua raiz. A própria noção de milagre a relaciona com o tempo, considerando que o milagre existe quando, como Cristo fez multiplicando os pães, é suprimido o tempo necessário à produção dos factos.

Temos assim que a brevidade do tempo humano, facto que levou Santo Agostinho a afirmar, como recordei, que “se dissera estou aqui, entre a primeira sílaba e a segunda já o estou não seria estou, nem o aqui seria o mesmo lugar, porque como tudo está passando, tudo se teria mudado”, faz do tempo de cada homem um valor que se esgota, sem reposição possível, breve na duração, sempre mais próximo do total esgotamento.

Esta realidade assumida do *tempo breve* tem como característica inelutável que a reflexão sobre a morte acompanha cada relação entre o estou/estive, como sou/fui, e entre o aqui/outro lugar, com adesão pela fé na sobrevivência do espírito no além sem tempo, ou com resignada adesão à natureza efémera da oportunidade de intervir no mundo sem repetição possível, e ainda assim procurando contribuir para que o tempo breve seja alargado pela soma das parcelas que são as de cada geração.

Neste ponto nos surge a interrogação sobre qual é a natureza existencial do tempo para cada homem vivo, cada um desejavelmente consciente de que é um fenómeno que

não se repete na história da humanidade. Por um lado exercendo a tendência, que lhe é natural, para, à medida que a informação, o saber, a experiência, enriquecem o espírito, tentar racionalizar a sua circunstância com qualificações e estruturas dos tempos em que se envolve, o seu breve tempo, e o breve tempo dos outros; por outro lado, usando a soma articulada de patrimónios culturais que nascem, crescem e morrem, agregando marcas das realidades circundantes de cada homem vivo, mais a herança dos tempos dos judeus, dos gregos, dos romanos, dos bárbaros; aplicando igual metodologia aos tempos da sua experiência de vida, tempos da juventude, tempos da maior idade, tempo da dependência crescente das terceira e quarta idades; e depois adjectivando os tempos, tempos felizes, tempos de incertezas, tempos de dores, tempos de esperanças, tempos de vitórias, tempos de derrotas, tempos de desistência, tempos para esquecer, tempos para lembrar, tempos de vésperas, tempos de solidão, tempos de amores, tempos de ódios, tempos de perdão.

Mas em todas estas circunstâncias, que rodeiam a vida breve, tomando a circunstância no sentido de Ortega, é também uma inquietação permanente, com alegria ou ausência dela, o facto de que esse tempo se gasta, se perde, se esgota. A angústia ou a excitação da longa espera, a dor ou a alegria do milagre da rapidez que surpreende com a dispensa do tempo longo, o filho que deixou de ser menino, o corpo que não responde aos impulsos da imaginação, da vontade, ou da vida habitual, tudo corresponde a uma contagem do tempo que passa: uma contagem com instrumentos que levam a súplica da ajuda às estrelas, ou à lentidão da clepsidra, ou à precisão dos relógios, ao serviço de uma igual exigência de os homens e as instituições terem igual medida do esgotar do tempo da sua circunstância.

Uma regularidade equívoca que ora serve para atribuir uma liberdade inviolada ao uso do tempo breve de cada um, ora serve a regularidade da submissão à cultura circundante herdada das gerações, ora serve a ideologia imposta pela violência que suprime a liberdade do projecto de gastar a vida.

Talvez aquilo que mede o tempo breve de cada ser vivo, seja diferente de todas as medidas relacionadas com o tempo da circunstância que o rodeia, e que tem tão variadas origens, sinais, e constrangimentos: talvez esse tempo seja medido, pelo espírito vigilante, em *unidades de vida*, de que uma clepsidra interior o vai informando num diálogo com formatos alternados de boa leitura e de falta de transparência.

Mas uma informação constante do tempo feliz, do tempo de dores, do tempo de esperança, do tempo de angústia, do tempo perdido, do tempo sonhado, mas sempre das *unidades de vida* que a clepsidra vai contando em ritmo esgotante das reservas: e sempre em relação com os projectos de vida, numa avaliação de objectivos cumpridos em tempo bem gasto, ou de luta para estender o tempo, para moderar o dispêndio do tempo, para acelerar o aproveitamento do tempo, porque as metas estão longe, os riscos não foram eliminados, a mão estendida cai sem atingir a meta porque o tempo se esgotou.

Esta dialéctica entre as unidades de vida disponíveis, e os projectos de intervenção com esse capital de tempo breve, com a certeza da morte que esgota o tempo, mobiliza o saber e o saber fazer no sentido de ajudar a manter o ritmo da resposta, entre mais objectivos para que a morte não seja uma desistência antes de ser um ponto final ditado pela circunstância.

Uma circunstância em que progressivamente entra em exercício um tempo tríbulo social: uma parte dos vivos a ler um passado mais longo do que a perspectiva de mais intervenção; uma parte dos vivos a gerir o presente de todos, reformulando a circunstância dos outros; uma parte dos vivos animados por um sentimento de futuro urgente, a exigir que a circunstância tenha uma leitura acolhedora da criatividade pessoal.

Mas é seguramente a evolução da circunstância, caracterizada pela submissão aos sistemas organizados pela ciência e pela técnica, que acrescenta um desafio sem precedentes e alienante à criatividade pessoal, à programação do dispêndio das unidades de vida, e ao mesmo tempo desenvolvendo as capacidades de intervenção para assegurar o prolongamento da vida até ao ponto incerto de a chama animadora do espírito se apagar, impondo por vezes passagem pela condição vegetativa até à dissolução, um trajecto no qual a liberdade de renunciar, a piedade alheia de intervir para acelerar o fim, ou a submissão ao mistério da criação, disputam a opção entre directivas incompatíveis, em função do mistério que Albert Einstein formulou deste modo: “o comportamento ético do homem deve basear-se eficazmente na compaixão, na educação e nos laços sociais, e não necessita de base religiosa. Triste será a condição humana se os homens precisassem de ser refreados pelo terror do castigo ou pela esperança da recompensa depois da morte”, (Religião e Ciência, 1930). E todavia essa alternativa da condição humana existe e tem vigor.

Talvez reconhecendo esse facto, já por 1953, depois da calamidade da guerra de 1939-1945, quando a Ethical Culture Society de Nova York celebrava setenta e cinco anos, ele advertia: “E neste ponto não há ciência que nos possa salvar. Parece, na verdade, que a demasiada insistência numa atitude puramente intelectual da nossa educação – muitas vezes orientado apenas para a vertente prática e concreta – levou a um enfraquecimento dos valores éticos. Mais do que outros perigos que o progresso técnico acarreta para a espécie humana, estava a pensar no modo como o bom relacionamento entre as pessoas tem sido asfixiado por hábitos de pensamento muito terra-a-terra, e que tem vindo a alastrar como uma geada mortífera no terreno das relações humanas”.

De facto, até o conceito orientador do desenvolvimento sustentado europeu, que busca “uma sociedade da informação, e do saber”, omitiu acrescentar a exigência da “sabedoria”, isto é, dos valores que orientam o exercício da informação e do saber, sem os quais a advertência feita por Openheimer, no sentido de que nenhum governo poderia

utilizar a domesticação da energia atômica para fins militares, foi recusada e conduziu a humanidade ao risco de destruição em que se encontra.

O relativismo esdrúxulo que se apoderou sobretudo da civilização ocidental, tem feito crescer o apelo à transcendência, animando iniciativas muitas vezes a desafiar a legalidade objectiva, e como que a preencher os vazios que as estatísticas acusam nas declarações de pertença às Igrejas institucionalizadas.

Mas esse apelo à transcendência recorda a releitura de Michel de Montaigne, cujos Ensaios são considerados “como obra-prima da filosofia moral: relato de exercício constante de um juízo confrontado incessantemente com a adversidade e a mutação” (Cláudia Vasconcelos), o qual deixou esta confissão: “Não sei se me engano, mas, posto que, por um favor especial da bondade divina, certa forma de oração nos foi prescrita e ditada palavra por palavra pela boca de Deus, sempre me pareceu que devíamos fazer uso dela mais habitualmente do que fazemos”.

De facto, quer se adira a uma concepção de *salvação laica*, quer se apele para a transcendência, como referência dos valores, não será fácil que a intervenção, derivada da ciência e da técnica, “obedeça à compaixão, educação, e laços sociais”, nem que as *regras da arte* acudam quando, como escreveu Lucrécio, “os rudes abalos do tempo quebraram o corpo, e os membros perderam as forças, o discernimento também coxeia, e a mente e a língua divagam”.

Refiro as regras da arte médica que ajudam a recuperar um ritmo, se possível sem angústia, da clepsidra que regula o dispêndio das unidades de vida em que se traduz o tempo curto de cada pessoa, cada uma sendo um fenómeno que não se repete na história da humanidade. Um tempo curto que as *regras da arte*, da *vossa arte de médicos*, exercida com *ciência, sabedoria, e compaixão*, amparam ao longo da breve Travessia.

Porque, voltando a Montaigne, “termine nossa vida quando terminar, ela ai está inteira. A utilidade de viver não está no espaço de tempo, está no uso. Uma pessoa viveu longo tempo e no entanto pouco viveu; atentai por isso enquanto estais aqui. Terdes vivido o bastante depende de vossa vontade, não do número de anos”.

(Comunicação apresentada na XIIIª Reunião Anual da Sociedade de Cirurgia Cardio-torácica e Vasculare a 28 de Novembro de 2009)